

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO**IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA**

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2026/20936	31441/2026	Proposta à Câmara Municipal
Assunto do Processo		
Proposta à Câmara Municipal - CPI/02/26/DCP - Aquisição de serviços de ensino especial – edição férias de verão e natal – projeto IncluiR 2026- Proposta ratificação adjudicação		
Unidade Administrativa		
DFGE - DCP [ENTRADAS]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS**Aquisição de serviços de ensino especial – edição férias de verão e natal – projeto IncluiR 2026 - Proposta de deliberação de ratificação de adjudicação**

Submete-se a ratificação do Executivo Municipal a decisão de adjudicação e a aprovação da minuta do contrato, proferidas pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal em 11 de junho, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Nos termos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º do referido diploma legal, compete à Câmara Municipal aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e de aquisição de bens e serviços cuja autorização da despesa lhe caiba.

A autorização da despesa, bem como a aprovação das peças do procedimento, foram devidamente deliberadas em reunião do Executivo realizada em 27 de abril de 2026.

Todavia, considerando que a reunião ordinária seguinte do Executivo apenas teria lugar em 29 de junho, revelou-se necessário, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, que o Senhor Presidente da Câmara procedesse à adjudicação do procedimento, bem como à aprovação das restantes decisões constantes do ponto 4 da informação de adjudicação, ficando estas sujeitas a posterior ratificação.

A presente decisão revestiu caráter urgente, atendendo à necessidade de assegurar a adjudicação em tempo útil, uma vez que o contrato deverá produzir efeitos no início do período de férias escolares.

Acresce que, após a adjudicação, importa ainda desencadear um conjunto de procedimentos administrativos, designadamente a solicitação e verificação dos documentos de habilitação, o que reforça a necessidade de uma decisão célere.



Para o efeito, submetem-se à apreciação o relatório preliminar, o relatório final, a informação de adjudicação e a minuta do contrato.

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

